

CONTABILIDADE SETORIAL

DANILO PARDAL COIMBRA TABOSA

Economista do BNDE

Introdução

O presente trabalho nada mais é do que a exposição de um modelo para estudos setoriais.

Esta técnica permite obter maiores informes do que a simples progressão das quantidades ofertadas e procuradas e, por conseguinte, uma visão mais profunda e imediata dos diversos setores da economia.

Até à presente data, as informações sobre empresas de determinada indústria ou setor são obtidas, via de regra, através de questionários mal elaborados que não permitem uma análise satisfatória como seria de desejar. Entretanto, uma política de investimento, para ser bem sucedida, necessita de um conhecimento mais profundo dos diversos setores da economia, a fim de que os critérios seletivos correspondam à realidade. Esse conhecimento superficial das indústrias foi, de certo modo, contornado pela Lei 2.973, de 26 de novembro de 1956. Esta Lei estabelece, no seu artigo 25, quais os setores financiáveis pelo BNDE, em ordem decrescente de prioridades, o que facilitou, sobretudo, a destinação dos recursos.

Convém salientar, todavia, que muitos desses setores já se tornaram auto-financeáveis, como é o caso da energia elétrica, e a participação do Banco terá, forçosamente, que aumentar em outros com menor grau de prioridade. Fácil é perceber que a tendência natural será destinar os recursos liberados ao setor indústrias básicas, uma vez que, os mais importantes da economia, como já foi mencionado, estão se tornando independentes.

Como é do conhecimento de todos, os recursos são limitados, logo, nos defrontamos com a seguinte alternativa: a quais empresas destiná-los? Existe uma gama enorme de empresas, de diferentes indústrias, solicitantes de financiamentos, cujo montante é bem maior do que os recursos disponíveis.

Urge, portanto, estabelecer critérios de prioridade para atender a essa demanda.

O conceito de básico não só é muito relativo, variando de região para região, como é débil em relação ao tempo, de sorte que, em futuro próximo, será imprescindível conhecer-se melhor os diversos setores da economia, a fim de que se possa fazer uma escala de prioridade, de modo que a distribuição dos recursos seja feita da maneira mais racional possível. O efeito benéfico de tal conhecimento seria fornecer, ao técnico encarregado de atribuir prioridades, informações precisas, evitando, assim, que se deixasse levar pela intuição, devido à falta de dados concretos.

Considerações Gerais

Antes de entrarmos na análise do nosso modelo, faremos um histórico superficial da evolução da contabilidade social, através dos tempos, e de sua contribuição para a análise econômica.

Apesar de ter sido motivo de preocupação dos economistas antigos, foi, porém, a partir de 1920, com o trabalho de Kuznets sobre a avaliação da Renda Nacional dos Estados Unidos, ao mostrar a importância do Setor Governo na economia e seu reflexo sobre a Renda Nacional, que seu estudo tomou impulso.

Em 1924, Bowley e Stamb fizeram a avaliação da Renda Nacional da Inglaterra. No entender de Hicks, esta avaliação teve por finalidade medir o grau de bem-estar social alcançado pelo povo inglês, e traçar diretrizes para aumentá-lo.

Colin Clark, em 1937, realizou estudos semelhantes, visando medir também o bem-estar social. Com a segunda guerra mundial acabou-se esta preocupação. Atualmente, as Contas Nacionais são utilizadas para medir o aumento da Renda, o montante de Investimentos, enfim, o crescimento econômico.

A Contabilidade nos Tempos Atuais

Deter-nos-emos, agora, na técnica da contabilidade social, no estágio que se encontra, presentemente, e suas modalidades de cálculo.

Primeiramente, falaremos da contabilização em termos de estoque. Esta técnica tenta medir o montante de capital nacional existente, em dado momento. É de difícil aplicação na prática, existindo, entretanto, várias formas de cálculo, sendo os mais importantes, dentre eles, o método da anuidade sucessória, aplicado na França por Foville e o do balanço desenvolvido por Hicks.

A contabilização em termos de fluxo permite medir os movimentos de bens e serviços efetuados entre os setores da economia. Esses movimentos são registrados através das contas nacionais e é conhecido como Contabilidade Retrospectiva de Fluxo.

A contabilidade Prospectiva de Fluxo, por sua vez, permite fazer a previsão do comportamento dos diversos setores da economia e, também, da receita e despesa da nação. A elaboração do orçamento econômico ou nacional é baseado neste método, visto que lhe fornece dados sobre a pressão inflacionária, montante necessário das inversões para assegurar um determinado grau de emprego dos fatores de produção etc.

Modêlo Adotado no Brasil

Passemos, agora, ao sistema de Stone adotado pelas Nações Unidas. Este modêlo foi concebido para medir as transações efetuadas entre os setores de um país industrial. Devido, entretanto, à sua simplicidade, foi possível ajustá-lo, de modo a ser utilizado por nações em fases inferiores de desenvolvimento econômico, como é o caso dos países sub-desenvolvidos.

No Brasil, sua aplicação data de 1947 e, apesar das estatísticas serem de certo modo precárias e o setor agrícola estar fora da área de economia monetária, a Fundação Getúlio Vargas conseguiu, através de estatísticas levantadas pelo próprio organismo, elaborar nossas contas nacionais. Este sistema, que nos permite determinar os agregados mediante a consolidação das contas, é conhecido como modêlo de Cambridge e é complementado pelos de Leontieff e Copeland. Diremos

de maneira sucinta em que consiste essa complementação.

Enquanto que o modêlo de Stone registra as transações financeiras, permitindo-nos determinar os agregados mediante a consolidação das contas, Leontieff baseou o seu em transações da produção intermédia, embora em termos monetários, registrando-as na sua tábua de "input output". Esta tábua, que se inspira na teoria do equilíbrio econômico geral de Walras, mostra, ainda, as interligações dos diversos setores da economia. O modêlo de Copeland é uma espécie de balanço de pagamento dos principais setores, registrando as fluxos de bens e serviços e os fluxos monetários que a eles se associam.

Stone considera, em seu modêlo, a economia como se fôra uma grande empresa, dividida em três setores: empresas, famílias e governo, com as seguintes contas: produção, utilização da Renda e capital. O setor família não possui conta de produção, somente de utilização de Renda e capital.

A conta resto do mundo é utilizada para medir as transações com outros países, no caso de economia aberta, sendo, de certo modo, uma conta à parte.

O Modêlo de Contabilidade Setorial

No nosso modêlo, as informações são todas setoriais, pois o que se mede é um componente do grande setor empresa de Stone. Seria de imaginar que, sendo considerado neste modêlo somente as empresas de uma determinada indústria ou setor da economia, caíssemos no tipo de contabilidade tradicional. Fácil é verificar o erro em que se incorreria, ao assim pensar, pois na contabilidade tradicional a produção vem a ser o valor bruto das vendas, estando computada, portanto, a produção intermediária. Já sob o aspecto da contabilização econômica, a produção é o valor bruto das vendas menos o valor dos produtos intermédios.

Uma vez identificadas as diferenças básicas entre o nosso e os demais métodos de contabilização, mostremos em que consiste o nosso modêlo e suas vantagens:

A contabilidade setorial, feita de forma sistemática, permitirá a avaliação da atividade econômica do setor, através da consolidação de suas contas, como também, de

empresas isoladas, e a comparação entre as empresas de um mesmo setor, e entre este e os demais, dando, desta forma, uma idéia da magnitude das cadeias retrospectivas e prospectivas das empresas. Por outro lado, este modelo dar-nos-á uma idéia bastante razoável da estrutura da empresa, assim como do setor, permitindo, desta forma, que sejam traçadas diretrizes capazes de evitar pontos de estrangulamento.

A consolidação das contas dar-nos-á uma idéia de impacto de um determinado investimento no âmbito da empresa, e do setor, e seu reflexo na economia como um todo.

Através da fórmula de Harrod-Domar, poderíamos medir o crescimento médio da empresa e do setor. O investimento líquido será conseguido subtraindo-se a depreciação do investimento bruto, e a relação produto capital será calculada, a grosso modo, dividindo a produção pela depreciação. Queremos chamar atenção para o fato de que a depreciação não é a do tipo contábil, é o capital consumido na produção. Quanto ao período de maturação de investimentos anteriores depois de alguns anos de ajustamento estatístico, esta influência seria eliminada. De vez que já mostramos a finalidade deste trabalho, que é a medição, comparação, previsão e a avaliação da atividade econômica, tanto da empresa como do setor, passaremos, então, à análise de suas contas.

Na conta de Gasto e Receita registram-se os valores das vendas, isolando-se a produção intra-setorial e intra-empresarial, que na consolidação desaparecem, ficando, somente, o valor da produção, e o que foi gasto para conseguí-la.

Na Conta de Aplicação do Saldo temos o que foi pago ao exterior, que deduzimos do saldo da conta anterior e a sobra desta conta é a poupança da empresa.

A Conta do Comércio Exterior, como o nome está dizendo, registra as transações efetuadas entre as empresas do setor e o exterior.

Na Conta de Investimento registram-se as poupanças utilizadas para inversão.

Faremos, agora, uma análise de natureza geral, inspirando-nos nos exemplos em anexo.

Antes de entrarmos na análise de nosso

modelo, falemos dos agregados, de modo geral, e do cálculo do ganho de intercâmbio, de modo particular, uma vez que esse vai permitir tornar esses agregados reais.

O ganho de intercâmbio mostra o ganho ou a perda, nas transações com o exterior. No nosso exemplo tivemos uma perda, em virtude da relação de trocas ser desfavorável. Essa deterioração da relação de trocas, que apresentamos por empresa e por setor, é de grande importância sob o ponto de vista econômico, visto que tende a se agravar, a longo prazo, entretanto o desenvolvimento econômico, sendo o mais sério obstáculo com que se tem defrontado os países sub-desenvolvidos.

A solução para o problema da deterioração da relação de trocas seria calcular, ano após ano, o ganho de intercâmbio. O país beneficiado no comércio exterior por ele, devolveria ao país prejudicado nas transações, a soma equivalente às perdas sofridas.

Tentar resolver com donativos este angustiante problema é difícil, uma vez que os mesmos não alcançam nem de longe sua magnitude. A outra solução adotada para compensar os efeitos desta situação, tem sido empréstimos, que equilibrem a Balança de Pagamentos, a curto prazo, desequilibrando-a, entretanto, a longo prazo, visto que terá de ser paga a soma emprestada. Por outro lado, à proporção que um país se desenvolve e, por conseguinte, o ciclo de substituição de importações chega ao fim, as necessidades de importar bens de capital e matérias-primas estratégicas, em virtude de suas essencialidades, não poderão ser comprimidas, sem prejudicar o crescimento econômico.

Pode parecer, à primeira vista, que o cálculo do ganho de intercâmbio perca sua substância, quando em nível de empresa e setor. Queremos chamar a atenção, entretanto, para o fato de que as partes é que formam o todo.

Uma vez mostrada a importância do ganho de intercâmbio, passemos à explicação de seu cálculo contido no ANEXO I.

Na primeira coluna aparecem os valores a preços correntes do ano de 1962. Na coluna seguinte temos os valores já deflacionados, isto é, a preços constantes de 1960.

Na 3.^a coluna temos o índice de preços. Para facilitar a compreensão elaboramos o quadro, de modo que os valores ficassem em ordem de cálculo. Se não vejamos:

Temos Produto Bruto (a preços constantes). Isto é igual às vendas (Consumo das Famílias + Consumo do Governo + Consumo das Empresas) + Inversão Interna Bruta + Exportação — Importação também a preços constantes.

Se tirarmos do Produto Bruto Interno o ganho de intercâmbio, teremos o real, uma vez tendo o Produto Interno Real, se subtrairmos a Renda Paga ao Exterior, teremos o Produto Nacional Bruto Real.

Evidentemente teremos que conhecer o valor do ganho a fim de podermos chegar a esses resultados.

Para o cálculo do ganho, necessitamos dos seguintes elementos: Exportação a preços constantes, Índices de Preços de Exportação e Importação.

Se dividirmos o Índice de Preços de Exportação pelo Índice de Preços de Importação, teremos a Relação Externa de Preços.

Se multiplicarmos a Relação Externa de Preços pela Exportação (a preços constantes) teremos o Poder de Compra Externo.

O ganho será calculado, subtraindo o Poder de Compra Externa das Exportações (a preços constantes).

Passemos agora aos outros quadros. No ANEXO II temos a Matriz Setorial do Setor, onde se vê a participação de cada empresa de "per si". Deixamos de fazer comentários por considerarmos desnecessário em virtude de sua simplicidade.

No ANEXO III temos a representação do Esquema Simplificado de Contabilidade Setorial. Notamos que o setor está completamente isolado dos demais setores.

No ANEXO IV temos o Produto Interno do Setor, que é igual à Renda Bruta Interna do Setor. Quanto aos valores, em termos reais, vide cálculo do ganho. NO ANEXO V temos o Produto de Residentes do Setor, que é igual à Renda de Residentes do Setor.

Devemos fazer as seguintes observações relativas ao exemplo hipotético.

1 — As ações compradas pelas emprê-

sas se destinam a construção de novas unidades produtivas.

2 — A Depreciação não é a do tipo contábil, se refere ao Capital consumido na produção.

3 — O conceito de investimento não é o da Riqueza Tangível Renovável, de sorte que os gastos em Educação e Saúde são considerados como tal, por serem ao nosso ver essenciais ao Desenvolvimento Econômico. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico concede, para treinamento técnico, o percentual de 3% sobre o montante dos financiamentos, o que vem fortalecer nosso ponto de vista.

4 — As empresas consideradas são do mesmo ramo de atividade, conforme critério adotado pelo IBGE.

Concluiremos este trabalho, mostrando o tipo de análise econômica, que se poderia tirar do exemplo hipotético referente às unidades econômicas a_1 e a_2 . (ANEXO VI a IX):

Tomemos alguns itens e vejamos as informações que poderíamos tirar dos mesmos.

A compra de bens de capital no interior, dar-nos-á idéia do grau de industrialização alcançado pelo país, relativo ao setor.

A compra de bens de capital no exterior refletirá a nossa situação de dependência ao estrangeiro e dir-nos-á quais as oportunidades de investimentos para empresários nacionais, visto que, o ciclo de substituição de importações ainda não foi completado.

A quantidade de estoques de matérias-primas e produtos acabados, dir-nos-á respectivamente se o suprimento interno é feito regularmente e se o mercado está normal.

A composição de nossas exportações dar-nos-á o grau de industrialização alcançado pelo país, no tocante ao setor.

A renda paga ao exterior discriminada, convenientemente, dar-nos-á a dependência técnica e financeira do setor.

O volume das vendas das empresas de "per si" dar-nos-á a posição monopolítica ou não das mesmas dentro do setor.

As transações intra-empresariais e intra-setoriais dar-nos-ão o grau de integração vertical e horizontal dessas empresas.

ANEXO I

a ₁	Valores Correntes PxQ	Valores Constantes PxQ (base 1960)	Índice de Preços
Vendas Cf + Cg + Comp.	170	141	129
Inversão Interna Bruta	100	90	110
Exportação	32	26	120
Importação	41	27	150
Renda Paga ao Exterior	4	2,6	150

a ₂	Valores Correntes PxQ	Valores Constantes PxQ (base 1960)	Índice de Preços
Cf + Cg + Comp. Vendas	145	112	129
Inversão Interna Bruta	81	73	110
Exportação	51	42	120
Importação	51	34	150
Renda Paga ao Exterior	6	4	150

	a ₁	a ₂
PBI	230	193
E	26	42
π Exp.	120	120
π Imp.	150	150
Relação Exterior de preços	0,8	0,8
Poder de compra Externo	20,8	33,6
Ganho	-5,2	-8,4
PBI real	224,8	184,6
P.B.N. Real	222,2	180,6

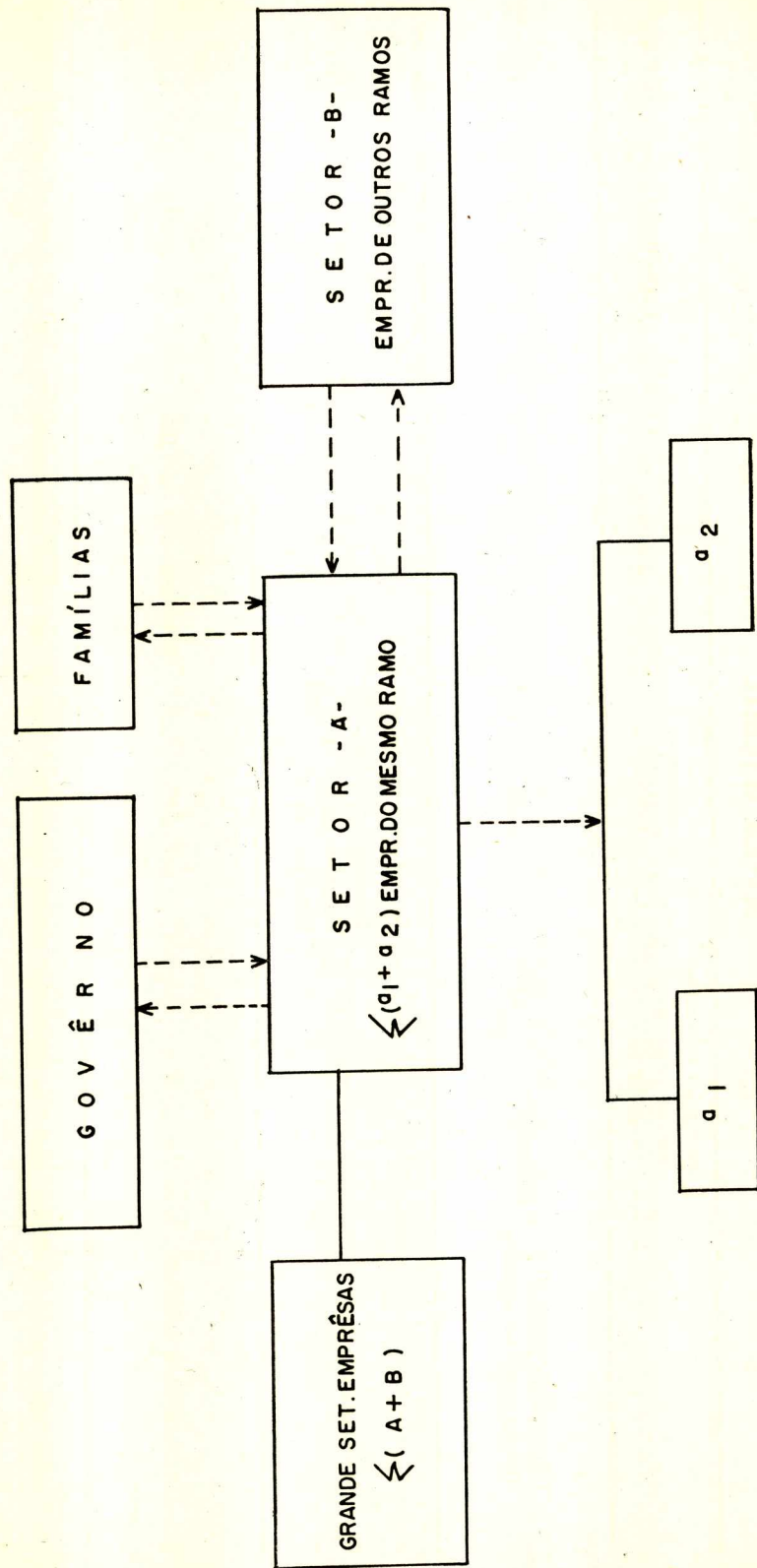
Cálculo de P.B.I. e P.N.B.

ANEXO II

MATRIZ SETORIAL

	Importação Inclusive Renda paga ao exterior	Poupança Total	Poupança Interna	Exportação	TOTAL
1 — Importação, Inclusive Renda paga ao exterior	a ₁ 45 Empresa 102 a ₂ 57	0	0	0	102
2 — Investimento total	0	Empresa a ₁ 100 181 Interior a ₂ 81 Empresa a ₁ 13 >19 Exterior a ₂ 6	0	0	200
3 — Investimento interno	0	0	Empresa a ₁ 100 181 a ₂ 81	0	181
4 — Exportação	0	0	0	a ₁ 32 83 Empresa a ₂ 51	83
5 — TOTAL	102	200	181	83	

ANEXO III
REPRESENTAÇÃO DO ESQUEMA SIMPLIFICADO DE CONTABILIDADE SETORIAL



ANEXO IV

PRODUTO BRUTO INTERNO DO SETOR — RENDA BRUTA INTERNA DO SETOR P.B.I. (ANO 1962)

	Vendas	Inversão bruta interna	Exportação	Importação	Total	Real
Empresa a ₁	170	100	32	41	261	224,8
Empresa a ₂	145	81	51	51	226	184,6
TOTAL	315	181	83	92	487	409,4

ANEXO V

PRODUTO DE RESIDENTES DO SETOR — RENDA DE RESIDENTES DO SETOR P.N.B. — (ANO 1962)

	Vendas	Inversão bruta interna	Exportação	Importação	Renda paga ao exterior	Total	Real
Empresa a ₁	170	100	32	41	4	257	222,2
Empresa a ₂	145	81	51	51	6	220	180,6
Total	315	181	83	92	10	477	402,8

MODELO DE QUESTIONÁRIO

EMPRESAS

	a ₁	a ₂	Total
1 — Compra no País			
{ Matéria-prima	15	20	35
{ Dentro do Setor			
{ Fora do Setor	60	10	70
{ Bens de capital	50	50	100
2 — Compra no País de Ações			
{ Dentro do Setor	5	7	12
{ Fora do Setor	25	8	33
3 — Compra ao Exterior			
{ Matéria-prima	10	40	50
{ Bens de Capital	30	10	40
{ Ações	1	1	2
4 — Renda paga ao Exterior	4	6	10
5 — Venda no País de Produção			
{ Dentro do Setor	20	15	35
{ Fora do Setor	170	145	315
6 — Venda ao Exterior			
{ Produto semi-elaborado	10	20	30
{ Produto Elaborado	20	30	50
{ Ações	2	1	3
7 — Dividendos pagos	15	5	20
{ Fora do Setor			
8 — Dividendos recebidos			
{ Dentro do Setor	x	x	x
{ Fora do Setor	34	2	36
Depósitos em Bancos	7	2	9
9 — Lucro retido	21	3	24

ANEXO VII

MODELO DE QUESTIONÁRIO

EMPRESAS

	a ₁	a ₂	Total
Empréstimos tomados nos Bancos	10	2	12
{ Mão-de-obra qualificada	10	10	20
{ Mão-de-obra semi-qualificada	20	20	40
{ Mão-de-obra não qualificada	25	31	56
11 — Contribuição à Previdência Social	5	5	10
12 — Depreciação	3	7	10
13 — Juros pagos aos Bancos no País	2	3	5
14 — Impostos pagos	6	4	10
{ Diretos	7	3	10
{ Indiretos	0	0	0
15 — Gastos Diversos	18	1	19
{ Publicidade	5	1	6
{ Aluguel	3	1	4
{ Conservação	4	7	11
{ Transporte	2	3	5
16 — Estoque	7	5	12
{ Matéria-prima	7	12	19
{ Produto acabado	2	3	5
17 — Venda de ações	7	5	12
{ Dentro do Setor	7	12	19
{ Fora do Setor	2	5	7
18 — Gastos	1	1	2
{ Educação	1	1	2
{ Saúde	1	1	2
{ Moradia	1	1	2

ANEXO VIII

ANO DE 1962 — a₁

CONTA DO GASTO E RECEITA

1.1	Compra de matéria-prima no País	{	Dentro do Setor	15					
			Fora do Setor	60	75				
12.	Compra ao exterior de matéria-prima			10					
		{	Mão-de-obra qualificada	10					
1.3	Salários pagos		Mão-de-obra semi-qualificada ..	20					
			Mão-de-obra não qualificada ..	25	55				
	Contribuição à Previdência Social			5					
1.4	Juros pagos aos Bancos (no País)			2					
1.5	Dividendos distribuídos no País ..		Fora do Setor	15	15				
1.6	Impostos	{	Indiretos	7					
			Direto	6	13				
1.7	Depreciação			3					
1.8	Gastos Diversos	{	Aluguel	18					
			Conservação	5					
			Transporte	3	26				
1.9	Saldo não aplicado			22					
	Total				226				

ANEXO VIII

ANO DE 1962 — a₁

CONTA DE APLICAÇÃO DO SALDO

Renda paga ao Exterior	4	Saldo aplicado	22
Poupança da Empresa	18 22		
CONTA COMÉRCIO EXTERIOR			
Exportação	10	Importação ..	10
{ Elaborada	20 30	{ Bens de capital ...	30 40
Venda de ações	2	Renda transferida ao Exterior	4
Poupança do Exterior	13	Compra de ações	1
Total	45		45

CONTA INVESTIMENTO

Gastos	21	Lucro retido	21
{ Educação	2	Poupança da Empresa	18
{ Saúde	1	Empréstimos dos Bancos	10
{ Moradia	1 4	Depósitos em Bancos	7
Compra bens capital	30	Depreciação	3
{ Exterior	50 80	Poupança do Exterior	13
{ Interior	4	Venda de ..	7
{ Matéria-prima	2 6	{ Dentro do Setor ..	7 14
{ Produto acabado	5	Ações	7 14
Compras de ações	25 30	Dividendos ..	0
{ Dentro do Setor	34 34	Recebidos ...	34 34
{ Fora do Setor	120		
Total	120		120

CONTA DO GASTO E RECEITA

1.1	Compra de matéria-prima no País	{ Dentro do Setor	20	{ Dentro do Setor ..	15
		{ Fora do Setor	10	{ Fora do Setor	145
			30		160
1.2	Compra ao exterior de matéria-prima	40	Venda ao Exterior	20
				{ Semi-elaborada	30
				{ Elaborada	50
1.3	Salários pagos	{ Mão-de-obra qualificada	10	{ Matéria-prima	7
		{ Mão-de-obra semi qualificada ..	20	{ Produto acabado ..	3
		{ Mão-de-obra não qualificada ..	31		10
			61		
	Contribuição à Previdência Social	5		
1.4	Juros pagos aos Bancos (no País)	3		
1.5	Dividendos distribuídos no País ..	Fora do Setor	5		
			5		
1.6	Impostos	{ Indiretos	3		
		{ Diretos	4		
			7		
1.7	Depreciação	7		
1.8	Gastos Diversos	{ Aluguel	1		
		{ Conservação	1		
		{ Transporte	1		
			3		
1.9	Saldo não aplicado	59		
	Total	220		220

ANEXO IX

ANO DE 1962 — a₂

CONTA DE APLICAÇÃO DO SALDO

Renda paga ao Exterior	6	Saldo não aplicado	59
Poupança da Empresa	53		
	59		

CONTA DO COMERCIO EXTERIOR

Exportação	20	{ Matéria-prima 40 Bens capital 10 }	50
Semi-elaborada	20		
Elaborada	30		
Venda de ações	1	Renda transferida do exterior	6
Poupança do Exterior	6	Compra de ações	1
Total	57		57

CONTA DE INVESTIMENTO

Gastos	5	{ Educação 5 Saúde 1 Moradia 1 }	3
Educação	5		
Saúde	1		
Moradia	1	Empréstimos dos Bancos	2
Compras bens capital	10	Depósitos em Bancos	2
Exterior	10	Depreciação	7
Interior	50	Poupança do Exterior	6
Estoque	7	{ Matéria-prima 5 Produto acabado 3 }	17
Matéria-prima	7		
Produto acabado	3	Venda de	5
Compras de ações	7	Ações	12
Dentro do Setor	7	Fora do Setor	12
Fora do Setor	8	Dividendos	2
Dentro do Setor	8	Recebidos	0
Fora do Setor	15		2
Total	92		92

ANEXO X

Setor A = a₁ + a₂ — (Ano 1962)

Conta Consolidada de Gasto e Receita

Compra de matéria-prima no país, fora do setor	70	Venda fora do setor	315
Compra de matéria-prima no exterior	50	Venda ao exterior	80
Salários pagos	116	Semi-elaborada	30
mão-de-obra qualificada	20	Elaborada	50
mão-de-obra semi-qualificada	40	Estoque	16
mão-de-obra não qualificada	56	Matéria-prima	11
Contribuição à previdência social	10	Produto acabado	5
Juros pagos (no país)	5		
Dividendos distribuidos fora do setor	20		
Impostos	20		
Indiretos	10		
Diretos	10		
Gastos diversos	29		
Aluguel	19		
Conservação	6		
Transporte	4		
Depreciação	10		
Saldo não aplicado	81		
	411		411

Conta Consolidada de aplicação do Saldo

Renda paga ao exterior	10	Saldo não aplicado	81
Poupança da empresa	71		
	81		81

Conta Consolidada do Comércio Exterior

Exportações	80	Importação	90
Semi-elaborada	30	Matéria-prima	50
Elaborada	50	Bens de capital	40
Vendas de ações	3	Renda transferida ao exterior	10
Poupança do exterior	19	Compra de ações	2
	102		102

Conta Consolidada de Investimento

Gastos	11	Lucro retido	24
Educação	7	Poupança da empresa	71
Saúde	2	Empréstimos dos bancos	12
Moradia	2	Depósitos em Bancos	9
Compra de bens de capital	140	Depreciação	10
No país	100	Poupança do exterior	19
No exterior	40	Venda de ações fora do setor	19
Estoque	16	Dividendos recebidos fora do setor	36
Matéria-prima	11		
Produto acabado	5		
Compra de ações fora do setor	33		
	200		200